



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá
Programa de Turismo de Base Comunitária

Práticas para o ecoturismo de base comunitária em Unidades de Conservação







Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá
Programa de Turismo de Base Comunitária

Práticas para o ecoturismo de base comunitária em Unidades de Conservação

Pedro Meloni Nassar
Luciana Vieira Cobra
Fernanda Sá Vieira

GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION

MINISTÉRIO DA
**CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**



Governo do Brasil
Presidente da República – Michel Miguel Elias Temer Lulia
Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Gilberto Kassab

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
Diretor Geral - Helder Lima de Queiroz
Diretora Administrativa – Joycimara de Sousa Ferreira
Diretor Técnico-Científico – João Valsecchi do Amaral
Diretora de Manejo e Desenvolvimento – Isabel Soares de Sousa

Práticas para o ecoturismo de base comunitária em Unidades de Conservação

Ficha Técnica

Elaboração: Pedro Meloni Nassar, Luciana Vieira Cobra e Fernanda Sá Vieira
Diagramação: Doizum Comunicações
Ilustrações: José Augusto
Ficha Catalográfica: Graciete Rolim (Bibliotecária CRB-2/1100)

Práticas para o ecoturismo de base comunitária em Unidades de Conservação /
Pedro Meloni Nassar; Luciana Vieira Cobra; Fernanda Sá Vieira (Autores). - Tefé, AM:
IDSM, 2017.

32p., il., color.

ISBN: 978-85-88758-73-5 (Impresso)

ISBN: 978-85-88758-72-8 (Internet)

1. Turismo de Base Comunitária. 2. Ecoturismo – Amazônia. 3. Reserva de
Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – Amazonas. I. Cobra, Luciana Vieira. II.
Nassar, Pedro Meloni. III. Vieira, Fernanda Sá.

CDD: 338.4791

Sumário

- 1 | Apresentação 06
- 2 | Breve relato sobre a Reserva Mamirauá 07
- 3 | O que é Turismo de Base Comunitária (TBC)? 08
- 4 | O ecoturismo de Base Comunitária na Reserva Mamirauá 08
 - A Levantamento do potencial turístico
 - B Zoneamento
 - C Pesquisa da demanda turística
 - D Perfil do turista e estrutura
 - E Capacidade de carga e impactos socioambientais
 - F Envolvimento comunitário
- 5 | Legislação pertinente 11
- 6 | Inventário e Diagnóstico 12
- 7 | Avaliação e monitoramento 22
- 8 | Rentabilidade 24
- 9 | Anexos 27

1. Apresentação

Essa cartilha foi preparada com o objetivo de informar e colaborar com as comunidades que gostariam de implementar atividades de turismo na sua região.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) permite e incentiva a visitação pública em diferentes categorias de unidade de conservação, desde que a atividade esteja de acordo com os interesses locais e prevista no Plano de Gestão da área.

A implementação de projetos de turismo em unidades de conservação deve ser precedido por estudos de viabilidade econômica e socioambientais que subsidiem o processo de forma responsável, visando gerar benefícios e diminuir os impactos

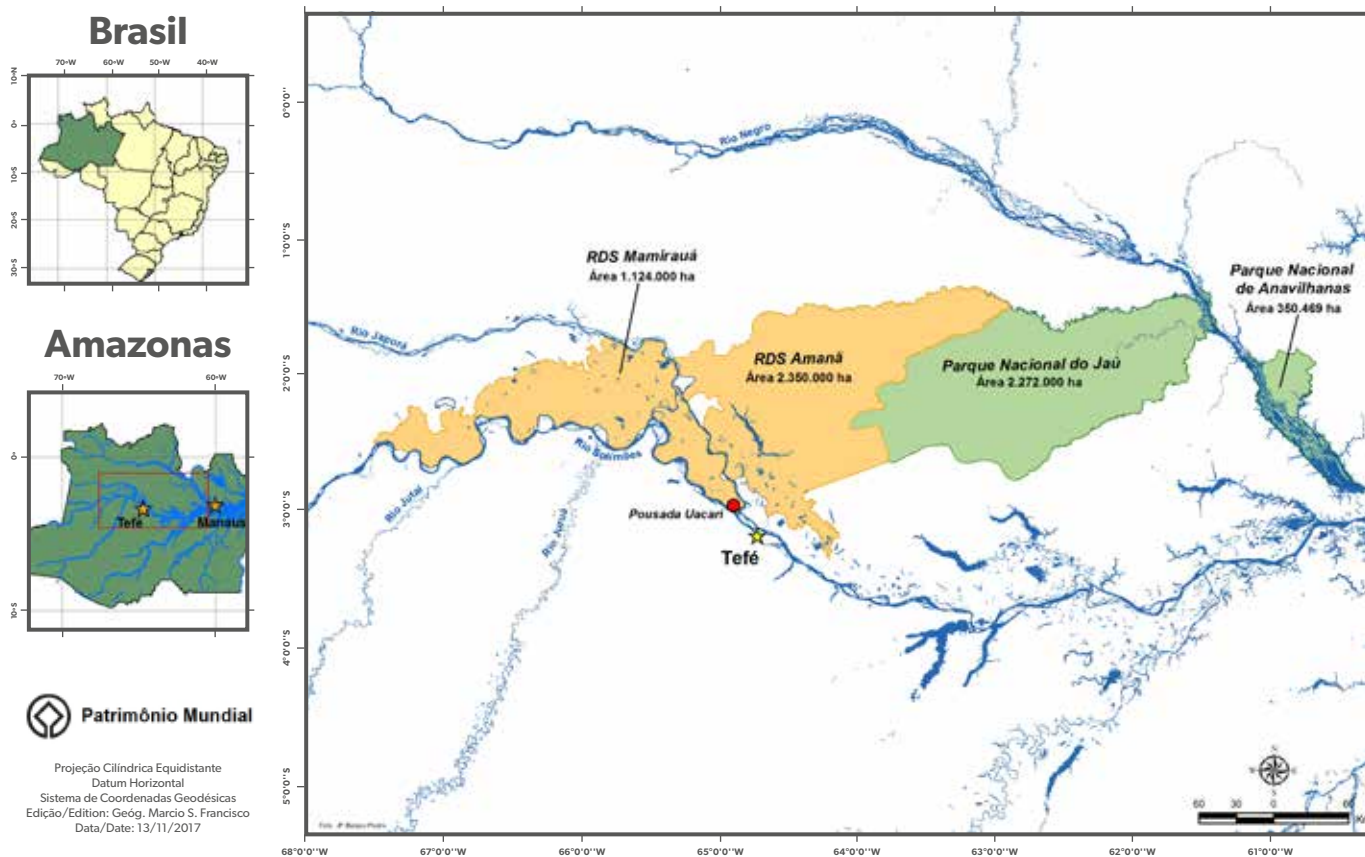
O turismo de base comunitária (TBC) pode ser visto como uma atividade com potencial para diminuir a pressão sobre os recursos naturais e também, como uma forma de diversificação das atividades econômicas, valorização do patrimônio cultural e empoderamento dos atores sociais locais.

2. Breve relato sobre a Reserva Mamirauá

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá é uma unidade de conservação estadual, com uma área de 1.124.000 hectares, na várzea do Médio Rio Solimões, limitada pelos rios Solimões, Japurá e Auati-paraná. Juntamente com outras duas unidades de conservação, a RDS Amanã e o Parque Nacional do Jaú, formam uma das maiores áreas contínuas de floresta tropical protegidas do mundo. A RDS Mamirauá está inserida no Corredor Central da Amazônia, é um dos Sítios do Patrimônio Natural da UNESCO, faz parte da Reserva da Biosfera da Amazônia e é reconhecida pela Convenção de RAMSAR.

MAPA 1

Unidades de Conservação do Corredor Ecológico da Amazônia Central



Fonte: Banco de dados do IDSM, 2010.

3. O que é turismo de base comunitária (TBC)?

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é construído através de um longo processo, com o objetivo de consolidar uma atividade sustentável, tendo o protagonismo comunitário

como condição, e trabalhando para que maior parte da renda gerada pela atividade permaneça na comunidade.

O Ecoturismo é definido pelo Ministério do Turismo como “um segmento da atividade turística, que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”.

(MTUR, 1994)

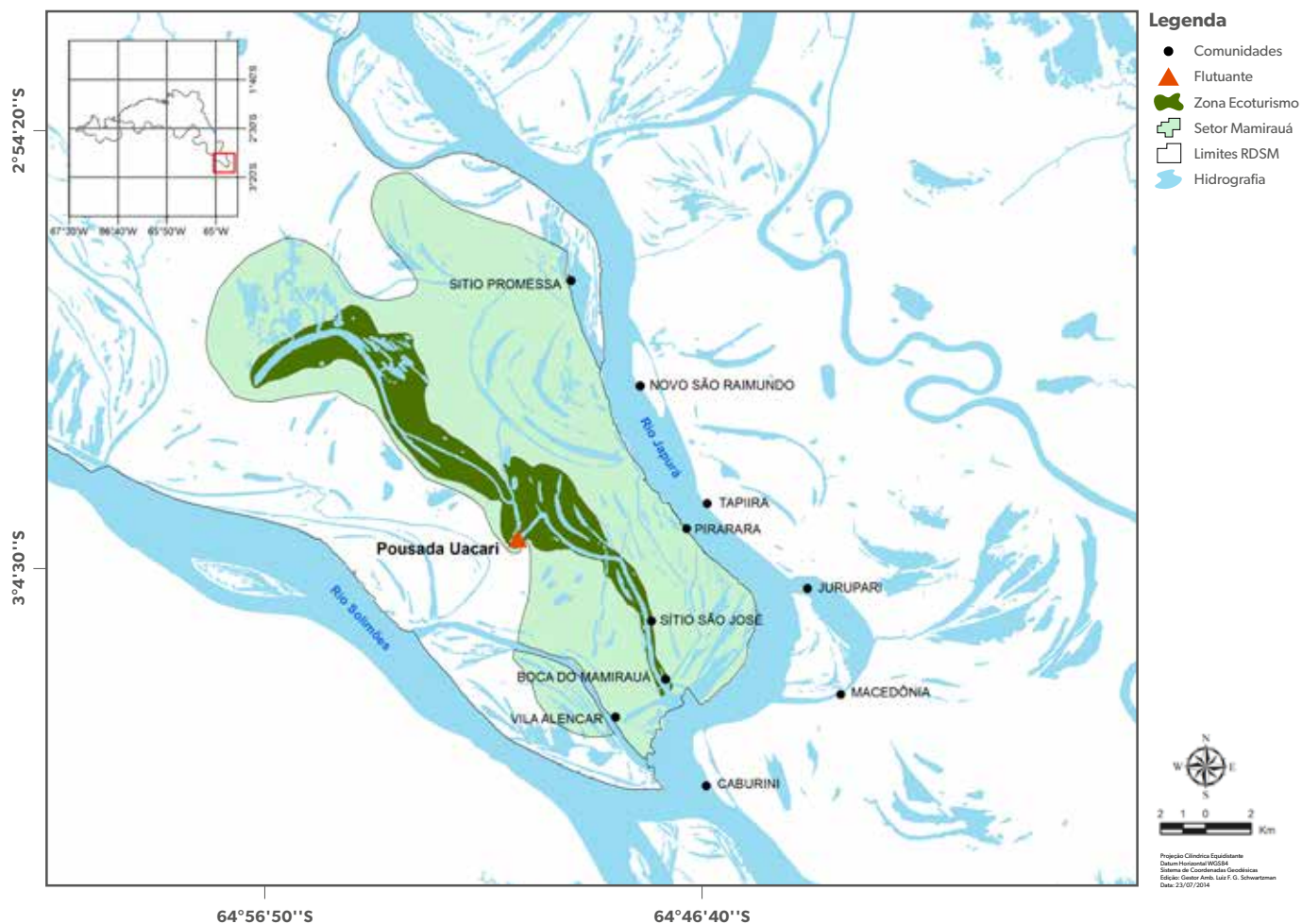
Em diversos casos, como na Pousada Uacari, essas atividades acontecem em ambientes onde a natureza é um dos principais atrativos para o visitante, existindo então a preocupação com a responsabilidade ambiental. Essa forma de turismo que alia o envolvimento da comunidade local e a conservação ambiental chamamos de ecoturismo. Então, podemos entender “ecoturismo de base comunitária” como sendo:

“Uma forma de ecoturismo em que a comunidade local tem um substancial controle sobre ele e envolvimento na gestão e no desenvolvimento e a maior proporção dos benefícios permanecem na comunidade”.

4. O ecoturismo de base comunitária da Pousada Uacari na RDS Mamirauá

O turismo da Pousada Uacari pode ser realizado em uma área de 3.500 hectares.

MAPA 2



Os objetivos são conservar os recursos naturais e gerar renda para a população local. O projeto de turismo de base comunitária vem sendo implementado desde 1998 e a atividade turística desenvolvida se baseia em três principais elementos: a vida selvagem, os modos de vida da população local e a pesquisa científica.

A Pousada Uacari é um dos projetos de TBC pioneiros no Brasil e tem a preocupação central de trabalhar a autonomia das comunidades na gestão da atividade, gerando emprego e renda, fortalecendo a governança local e contribuindo para a conservação dos recursos naturais. Os moradores locais envolvidos na atividade de TBC são afiliados a uma associação local, a Associação de Auxiliares e Guias de Ecoturismo do Mamirauá (AAGEMAM) que é a principal parceira da iniciativa.



5. Legislação pertinente

O TBC acontece, muitas vezes, em áreas não urbanas e atua em uma escala muito menor do que empreendimentos turísticos convencionais. No entanto, apesar da notável peculiaridade da atividade, ainda não existe uma legislação que atenda às necessidades do turismo de base comunitária de forma satisfatória.

Para a realização de qualquer atividade turística é necessária a constituição de uma empresa, podendo ser: sociedade limitada, firma individual, associação ou cooperativa. Sendo assim, uma iniciativa de TBC está sujeita às legislações que estabelecem diretrizes nos âmbitos fiscal, trabalhista, tributário, comercial, ambiental e sanitário, nas esferas municipal, estadual e federal. O anexo 1 apresenta as principais legislações da esfera federal e suas implicações.



No Estado do Amazonas, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) é o órgão fiscalizador e que dá a licença de operação aos hotéis. Todo meio de hospedagem que pode gerar algum dano ao meio ambiente, deve obrigatoriamente realizar a licença de instalação e operação pelo IPAAM.

A comunidade que queira desenvolver a atividade turística em uma unidade de conservação deve também consultar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), seguindo as orientações previstas na lei.

No caso da Reserva Mamirauá, que está na categoria de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) – vide Anexo 2 -, o SNUC delibera:

“É permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.”¹

6. Inventário e Diagnóstico

Qualquer atividade turística está baseada em pelo menos cinco elementos:

- 1 Atrativos 2 Serviços 3 Infraestrutura
4 Equipamentos 5 Atividades

PRODUTOS ECOTURÍSTICOS



Atrativo +
Infraestrutura +
Equipamentos +
Serviços +
Atividades

= produto (eco)turismo

- 01 **Infraestrutura**
Pousada
- 02 **Equipamentos**
Torre de observação
- 03 **Atividades**
Caminhada
- 04 **Serviços**
Transporte
- 05 **Visitante**
- 06 **Atrativo**
Flora e fauna

Fonte: Manual de Melhores Práticas para o Ecoturismo – Turismo Sustentável – Roberto M. F. Mourão (organizador)

Para o planejamento da atividade, é necessário realizar um inventário para, em seguida, diagnosticar a área onde se pretende implementar o projeto. Vamos ver alguns passos importantes para a realização do inventário e diagnóstico.

a. Levantamento do potencial turístico

Por que alguém de outra cidade, estado ou país vai querer visitar a sua comunidade ou região? Essa pessoa vai em busca de conhecimento, de uma nova experiência, descanso e muitas outras coisas. Tudo isso faz parte dos ATRATIVOS que a região pode oferecer.

A próxima figura nos traz perguntas importantes para pensarmos sobre os atrativos. Vamos dar uma olhada e tentarmos entendê-las.

Atrativo: *é tudo aquilo que faz com que uma pessoa visite certo local. Podem ser naturais, históricos, culturais, eventos especiais, etc.*

Inventário: *é o levantamento de todos os elementos de um produto turístico (atrativos, equipamentos, serviços, infraestrutura e atividades).*

Floresta

- O que existe no local que pode ser interessante para o ecoturista?
- É possível visitar esses atrativos o ano todo?
- Como é o acesso até esses locais?
 - Tempo
 - Formas de acesso (a pé, canoa, barco)
 - Dificuldade

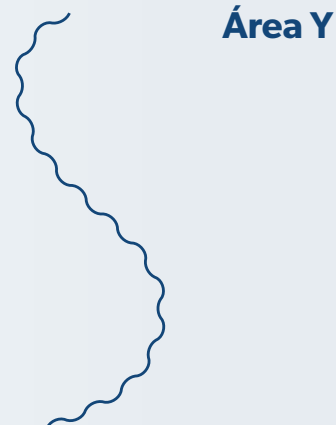


Comunidade



Lago

- Existem riscos para a segurança?
- Como está o estado de conservação dos atrativos?
- No caminho até este atrativo dá para fazer outra atividade?
- Este atrativo é frágil?
- Qual é o grau de singularidade do atrativo?



Fonte: Ozório, Rodrigo Zomkowski. Levantamento do potencial para a atividade de turismo de base comunitária na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. Relatório técnico final. Tefé, 2009.

Muitas coisas podem ser interessantes para o turista e isso irá depender muito do que se queira oferecer e de quem é esse visitante. Animais, rios com corredeiras, museus, cerimônias e rituais locais são interessantes, mas, em muitos casos, vão atingir públicos diferentes. Talvez você não conheça ainda quem poderá visitar a sua região, mas sabe que aquele é um lugar

que pode ser interessante. Procure fazer um mapa, semelhante à figura, e anote tudo o que a sua comunidade concorda que seja um atrativo. Pode-se também trazer alguém de fora (se possível alguém que já opera turismo) para fazer um passeio na região e apontar quais seriam bons atrativos turísticos.



Foi feito isso? Legal, os atrativos foram mapeados. Existe alguma época do ano em que não dá para chegar lá? Pode ser que, em alguns meses, chova muito e as trilhas fiquem intran-sitáveis, pode ser um lago que seque muito na estiagem, etc. O quadro abaixo explora bem todos os cuidados e critérios que devem ser analisados.

QUADRO 1: exemplos de critérios utilizados para avaliação das categorias de atrativos da RDS Amanã.

SAZONALIZAÇÃO DO ATRATIVO		ACESSO							RISCOS RELACIONADOS À SEGURANÇA DOS VISITANTES			
		Tempo			Obstáculos		Grau de dificuldade					
Cheia	Seca	< 1 hora	1 a 2	>2 horas	Cheia	Seca	Alto	Médio	Baixo	Baixo	Médio	Alto
E possível visitar o atrativo na cheia	E possível visitar o atrativo na seca	Tempo necessário para acessar o atrativo a partir da comunidade mais próxima, em motor 15 HP, velocidade moderada			Existe algum obstáculo na cheia que dificulte o acesso ao atrativo? Ex: paus no igarapé, capim flutuante	Existe algum obstáculo na seca que dificulte o acesso ao atrativo? Ex: paus no igarapé	O acesso ao atrativo requer do visitante habilidade e alta resistência física	O acesso ao atrativo requer do visitante habilidade e alta resistência física moderada	A visitação ao atrativo não requer do visitante maiores habilidades e resistência física	A visitação ao atrativo praticamente não apresenta riscos à segurança do visitante. Ex: passeio de barco em igarapé	A visitação ao atrativo apresenta riscos à segurança do visitante. Ex: banho em praias (acidente com arraia)	A visitação ao atrativo apresenta altos riscos à segurança do visitante
SINERGIA COM OUTROS ATRATIVOS					SENSIBILIDADE DO ATRATIVO			SINGULARIDADE				
Baixa	Média	Alta			Baixo	Médio	Alto	Baixa	Média	Alta	Muito Alta	
Existem poucas opções de se combinar o atrativo com outros	É possível combinar o atrativo com outros	É possível combinar o atrativo com outros atrativos de singularidade alta e muito alta			O atrativo é pouco sensível à visitação	Dependendo da intensidade e da forma de visitação, o atrativo pode se mostrar sensível à atividade turística	A visitação ao atrativo exigirá medidas de manejo de impacto devido à sua alta sensibilidade à atividade turística	Atrativo com pouco apelo turístico, facilmente encontrado em outros destinos	Atrativo com apelo turístico, mas facilmente encontrado em outros destinos	Atrativo com apelo turístico, pouco encontrado em outros destinos	Atrativo com alto apelo turístico, muito pouco encontrado em outros destinos	

Fonte: Ozório, Rodrigo Zomkowski. Levantamento do potencial para a atividade de turismo de base comunitária na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. Relatório técnico final. Tefé, 2009.

b. Zoneamento

O Zoneamento de uma Unidade de Conservação - UC é a definição dos setores ou zonas, a partir de estudos prévios, com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da UC possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz (SNUC, 2000). Nessas zonas são definidas quais as atividades que podem ser feitas e como devem ser feitas, permitindo ou proibindo alguns procedimentos em determinados lugares.

Para o ecoturismo, o zoneamento serve para proteger os recursos e ainda proporcionar uma experiência diversificada aos visitantes. Podemos separar em áreas onde há maior visitação aos atrativos turísticos e em locais cuja visitação é menor, talvez pela fragilidade do atrativo

ou pelo risco que oferece. É importante lembrar que as atividades deverão se concentrar dentro da área definida para o ecoturismo, portanto, os principais atrativos deverão estar contidos nela.

c. Pesquisa da demanda turística

Demanda turística é o levantamento do número total de pessoas que viajaram ou que pretendem viajar para desfrutar de serviços turísticos fora do seu local de residência.

A importância do conhecimento desses dados é que eles podem ser usados para ajudar a traçar o perfil do turista que se pretende receber (quem ele é, de onde ele vem, para onde ele vai, o que ele procura). Nesse sentido, pode-se traçar um plano de marketing para alcançar o público alvo.

Por exemplo, nos dados apresentados pelo Mtur² é indicado que no ano de 2011 o estado do Amazonas recebeu 755.058 turistas. Deste total, 50.585 foram para hotéis de selva, grande parte (27%) veio dos Estados Unidos. Mostra ainda através de dados que houve um crescimento médio anual de 28% de turistas residentes no Brasil, (sendo maioria de São Paulo e Rio de Janeiro) e um crescimento de 17% de turistas residentes no exterior.

d. Perfil do turista e estrutura

Se a comunidade quiser desenvolver o turismo é preciso pensar bem na estrutura que irá utilizar, pois vai depender do tipo de atividade, do público alvo e do recurso disponível que pode ser investido.

Antes de mais nada, vamos pensar no público que o empreendimento pretende atrair. Faça as seguintes perguntas:

- 1) Para quem o produto será desenhado?
- 2) Onde está meu possível cliente?

Agências e operadoras:

são empresas que comercializam pacotes de turismo. Essas empresas ajudam a ampliar o número de clientes que a sua iniciativa pode ter.

- 3) Qual o preço que o turista estaria disposto a pagar?
- 4) A venda será direta ao cliente ou através de intermediários (agências, operadoras, terceiros)?
- 5) Como farei a divulgação do meu empreendimento?

Talvez você não conheça muito sobre o mercado de ecoturismo, mas, ainda assim, precise de dados sobre isso. Algumas dicas sobre o público:

QUADRO 2

PERGUNTA	RESPOSTA
De onde vem?	Brasil (mercado nacional)? Argentina, EUA, Europa (mercado internacional)?
Quanto está disposto a pagar?	Vai variar de acordo com a atividade oferecida.
Quantos anos tem?	Crianças, jovens, adultos, idosos?
Do que gosta?	Caminhada, observação de animais, mergulho, escalada?
Como viaja?	Sozinho, com família, em grupos?
Quanto tempo tem disponível?	Férias, feriados, finais de semana?
Quando?	Qual a época do ano que ele mais viaja?

Fonte: elaborada com base no manual do WWF (2003)

Essas foram noções gerais sobre o público que talvez sua comunidade receba. A estrutura que você irá montar vai depender desse público que se quer atingir. Então, qual seria a estrutura mais interessante para cada caso?

QUADRO 3

TIPO DE ESTRUTURA	QUANTIDADE DE COMUNITÁRIOS ENVOLVIDOS	GASTOS COM MANUTENÇÃO	CUSTO PARA O TURISTA	OBJETIVO DO TURISTA
Camping	Poucos	Baixo	Baixo	Aventura, maior liberdade nos passeios.
Pousada	Variável	Alto	Variável	Contemplação e descanso
Casa comunitária	Variável	Baixo	Regular	Conhecer o modo de vida dos moradores locais
Barcos de luxo	Poucos	Alto	Alto	Pesca esportiva, conforto, mobilidade.
Barcos comunitários	Variável	Baixo	Baixo	Conhecer o modo de vida dos moradores locais

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.

As estruturas utilizadas nas atividades de ecoturismo e de hospedagem devem ser ecologicamente corretas, ou seja, deve haver a preocupação com o meio ambiente. Vamos ver algumas opções:

 Hospedagem:

procure utilizar materiais que existem na sua região, como palhas, madeira ou outros.

 Energia:

em locais isolados, recomenda-se o uso de fontes sustentáveis, como energia solar. Se estiver ligado à rede, não haverá muito problema.

 Lixo:

compostagem com o lixo orgânico e reciclagem para o lixo seco (papéis, plásticos, latas, etc.) são as melhores alternativas.

 Dejetos e efluentes:

existem soluções práticas e sustentáveis. Banheiros secos não utilizam água e os dejetos se transformam em adubo; canteiro biossépticos, que utilizam os rejeitos e a água para manter algumas plantas (para banana é ótimo. Não pode ser usado para vegetais consumidos diretamente); fossas que aproveitam a água para irrigar e adubar pomares.



e. Capacidade de carga e impactos socioambientais

Capacidade de carga: *é o uso máximo de um lugar sem que se cause qualquer efeito negativo nele.*

O ecoturismo pode causar impactos ao meio ambiente e é preciso minimizá-los. Algumas técnicas de manejo turístico podem ser utilizadas para monitorar as mudanças.

Toda região tem uma capacidade de carga. Os principais elementos são ligados ao ambiente natural, à população e sua cultura e a experiência do visitante. E o que pode acontecer de ruim se a capacidade de carga não for respeitada? A primeira coisa é danificar os recursos naturais, mas também vai diminuir a satis-

fação do visitante e gerar impactos para a sociedade, cultura e economia locais. É preciso levar em conta que cada ambiente tem uma capacidade de carga diferente!

QUADRO 4

IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
Valorização da cultura e do local através do diálogo, da vivência e do artesanato	Desrespeito à cultura local
Geração de renda	Concentração da renda gerada em poucas pessoas
Promoção da qualidade de vida	Produção de lixo na comunidade
Maior integração entre membros das comunidades	Disseminação de álcool, drogas e prostituição
Oportunidade de trabalho para mulheres e jovens	Exploração da mão de obra local
Melhoria na saúde e na educação	Alteração na vegetação
Benefícios pessoais imateriais através do contato e conhecimento de diferentes culturas.	Pisoteamento do solo e erosão
Promoção da conservação ambiental	Alteração no comportamento dos animais

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.

Como já visto até aqui, o turismo comunitário pode trazer visitantes de vários lugares do Brasil e do mundo, e essa visitação trará impactos positivos e negativos. É importante que a comunidade local esteja ciente destes aspectos antes mesmo de implementar a atividade.

Para que os impactos negativos sejam minimizados e os impactos positivos aconteçam é fundamental que a comunidade se encontre organizada e tenha claro o tipo de turismo que deseja desenvolver e qual o tipo de turista que deseja receber.

f. Envolvimento comunitário

O envolvimento e o protagonismo comunitário são premissas básicas para o TBC. Como dito anteriormente, é isso que vai ser um diferencial diante de outros tipos de turismo.

Para que este protagonismo aconteça é essencial que haja o treinamento necessário para a operação do produto. Sugerimos os seguintes passos:

1ª etapa de capacitações

- Hospitalidade
- Atendimento
- Camararia
- Condução de turistas
- Interpretação ambiental
- Cozinha e gastronomia

2ª etapa de capacitações

- Gestão
- Informática
- Vendas
- Marketing

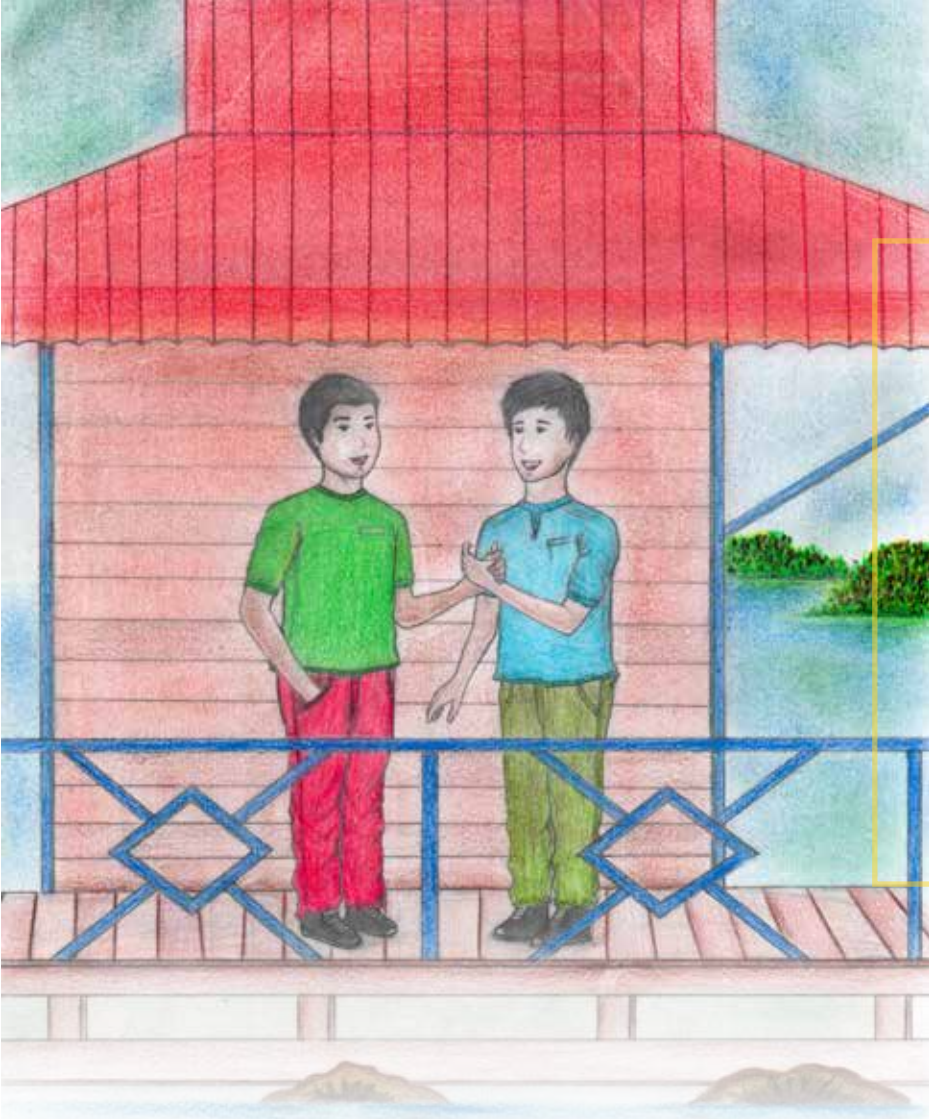
Não se esqueça que a experiência prática em diversas funções dentro da própria organização é uma ótima ferramenta de capacitação.

O ecoturismo comunitário também estabelece uma rede de benefícios capaz de alcançar pessoas que trabalham indiretamente com a atividade. Isso porque é possível firmar parcerias com outros setores da realidade econômica e social local. No caso da economia, produtos como o pescado, agricultura e artesanato local podem ser fornecidos pelos moradores ajudando a concentrar a renda no local. Na esfera social, esse envolvimento passa, sobretudo, na discussão e na tomada de decisões.

7. Avaliação e monitoramento

O que é monitoramento?

É uma medição contínua (deve ser feito sempre) e sistemática (feita de uma mesma forma sempre) de alguns indicadores, que podem ser naturais, sociais e econômicos. Os resultados do monitoramento não saem do dia para noite, mas depois de alguns anos. Compara-se o presente com o passado para saber se alguma coisa mudou.



Por que é preciso fazer o monitoramento? Porque, desse modo, é possível observar os impactos, positivos e negativos, sobre o ambiente, as pessoas e a experiência do visitante e saber o que deve ser mantido ou mudado.

O monitoramento pode ser implementado em diversas áreas, conforme exemplos abaixo.

- Ambiental: o ambiente está mudando a partir das visitas dos ecoturistas? A vegetação ao longo das trilhas, nos lagos em que são feitas as visitas, está igual? E os animais? Quantos animais eram vistos antes e quantos são vistos agora?

- Socioeconômico: neste caso são analisados dois lados que se complementam. O primeiro se refere aos resultados do empreendimento (pousada, casa comunitária, etc), o quanto foi investido, se está dando lucro, o que foi gasto com manutenção, entre outros; o segundo, é o quanto está sendo gerado para os moradores locais, quantas pessoas estão sendo beneficiadas e o que o ecoturismo mudou na vida das pessoas.

- Qualidade do serviço: ao final da visita, entregue ao visitante, um formulário de avaliação dos serviços e das atividades. Isso ajudará a descobrir em que é preciso melhorar e em que áreas está indo tudo bem.

8. Rentabilidade



Com a prática do ecoturismo espera-se como resultados, benefícios sociais e ambientais e também econômicos. A renda gerada tem que ser suficiente para cobrir custos, gerar renda para a comunidade e ainda ter lucro.

Para a implementação da atividade turística é fundamental que seja elaborado o Plano de Negócios da empresa pois é este documento que irá dizer se a atividade terá retorno para a comunidade e para a organização. Além disso, este Plano auxilia para a tomada de decisões. O quadro 5, apresenta um modelo de formato básico para a elaboração de um plano de negócios.

QUADRO 5: *Formato básico de um plano de negócios*

CAPÍTULO	CONTEÚDO
1 Resumo executivo	Principais pontos do plano apresentados de forma resumida em uma página
2 Dados da entidade/proponente	Dados cadastrais, histórico e resultados (empresa existente)
3 Descrição do produto/problema	Explicação detalhada do produto, seu funcionamento e vantagens competitivas.
4 Mercado e competição	Análise detalhada de mercado e possível concorrência, inclusive quantificação de vendas
5 Estratégia de marketing	Elaboração da estratégia de marketing com base na análise de mercado, nos custos de investimento e operacional.
6 Custo de investimento	Especificação e justificativa do investimento. Eventuais investimentos já feitos, formas e valores de investimento necessários (financiamento versus capital).
7 Custo operacional	Especificação de todos os custos ligados à operação do empreendimento e fontes.
8 Viabilidade econômica	Quantifica todas as premissas de venda, investimentos e custos operacionais; cálculo da atratividade do negócio por meio de um modelo financeiro.
9 Fatores-chave e riscos	Análise da sensibilidade do negócio a flutuações de receita e custo. Identificar riscos de mercado, legais/ambientais e de operação.
10 Administração	A qualidade da administração é um fator decisivo para o sucesso. Detalhar o tipo de gestão, divisão de tarefas e experiência.
11 Cronograma	Como será implantado o negócio e quando são necessários os recursos.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.

O Plano de negócios deve ser um documento bastante objetivo e deve responder porque é interessante investir na atividade proposta.

Então se você prestou atenção até aqui, pode ter percebido que esses elementos podem ser encontrados em uma atividade comercial qualquer. Sendo assim é necessário o uso de ferramentas ligadas à administração de negócios, que podem variar em complexidade de acordo com o tamanho do negócio que se planeja operar.

ANEXO 1: *Legislação básica*

LEGISLAÇÃO	PRINCIPAIS INSTRUMENTOS LEGAIS
Legislação turística legislação específica do setor do turismo	Lei do Turismo - nº 11.711, de 17 de setembro de 2008 Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010
Regulamentação de meios de hospedagem	Portaria nº 177, de 13 de setembro de 2011 Portaria nº 268, de 16 de dezembro de 2011. Portaria nº 216 de 12 junho de 2012.
Regulamentação de prestação de serviços turísticos	Portaria nº 130, de 26 de julho de 2011. Portaria nº 197, de 31 de julho de 2013. Portaria nº 27, de 30 de janeiro de 2014

Deve-se considerar também: legislação previdenciária, legislação tributária e fiscal, legislação trabalhista, legislação sanitária, legislação ambiental, Código Civil e outras que couberem no seu empreendimento.

ANEXO 2: Tipos de visitação permitidos nas UCs, segundo o SNUC

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL	
CATEGORIA DA UC	O QUE O SNUC DIZ SOBRE A VISITAÇÃO PÚBLICA
Estação Ecológica	É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico.
Reserva Biológica	É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico.
Parque Nacional	A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.
Monumento Natural	A visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.
Refúgio de Vida Silvestre	A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL	
CATEGORIA DA UC	O QUE O SNUC DIZ SOBRE A VISITAÇÃO PÚBLICA
Área de Proteção Ambiental	As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob <u>domínio público</u> serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade. Nas áreas sob <u>propriedade privada</u>, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.
Área de Relevante Interesse Ecológico	Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Relevante Interesse Ecológico.
Floresta Nacional	A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração.
Reserva Extrativista	A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.

CATEGORIA DA UC	O QUE O SNUC DIZ SOBRE A VISITAÇÃO PÚBLICA
Reserva de Fauna	A visitação pública pode ser permitida, desde que compatível com o manejo da unidade e de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	É permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Só poderá ser permitida, na Reserva Particular do Patrimônio Natural, a pesquisa científica; e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais;

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na LEI No 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o SNUC - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.

ANEXO 3: Leitura sugerida

Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis G.; Bursztyn, Ivan. 2009. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Peralta, Nelissa. B; Ozório, Rodrigo; Martins, Ednelza. 2010. Ecoturismo de Base Comunitária na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Estado do Amazonas. Série Turisol de Metodologias no Turismo Comunitário. Rede Turisol. 46 pp

Peralta, Nelissa B.. 2002. Implantação do programa de ecoturismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Amazonas, Brasil. Ciência e Tecnologia, 2:1-21.

BRASIL. 2010. Turismo rural: orientações básicas. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 30 pp.

WWF Brasil. 2001. Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003. 470p.

O turismo se caracteriza pela oferta de pelo menos cinco elementos: atrativo, serviço, infraestrutura, atividade e equipamento, que atuam de forma inter-relacionada, objetivando gerar os benefícios desejados à comunidade.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-88758-73-5



9 788588 758735



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá
Programa de Turismo de Base Comunitária

Estrada do Bexiga, 2.584 - Bairro Fonte Boa
Cx. Postal 38 – CEP - 69.553-225 Tefé (AM)

Tel/Fax: 55 (97) 3343-9700
mamiraua@mamiraua.org.br
mamiraua.org.br/ptbc

Siga-nos:

   /institutomamiraua

GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

